



ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

PROBATIONARY PERIOD OF TEACHING STAFF IN THE MUNICIPALITY OF RIO DE JANEIRO: AN ASSESSMENT OF ITS EFFECTIVENESS AND IMPACT ON THE QUALITY OF EDUCATION

PERÍODO DE PRUEBA DEL PERSONAL DOCENTE EN EL MUNICIPIO DE RÍO DE JANEIRO: UNA EVALUACIÓN DE SU EFICACIA E IMPACTO EN LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN

Isabelle Sant'Anna Silva de Lana¹, Rafaela Rocha do Nascimento²

e47196

<https://doi.org/10.63026/acertte.v4i7.196>

PUBLICADO: 09/2024

RESUMO

Este estudo investiga a eficácia do estágio probatório na promoção do desenvolvimento profissional de docentes do Ensino Fundamental 1 na 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Rio de Janeiro. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, empregou análise documental e entrevistas semiestruturadas com 7 docentes e 3 diretores de três escolas municipais. Os resultados indicam uma discrepância entre as diretrizes oficiais e as práticas relatadas, com o estágio probatório sendo frequentemente percebido como um procedimento burocrático com impacto limitado no desenvolvimento profissional. Identificou-se a influência das relações interpessoais nas avaliações e a ausência de mecanismos formais de autoavaliação e feedback bilateral. A implementação do processo mostrou-se não uniforme entre as escolas estudadas. O estudo recomenda a revisão dos critérios de avaliação para melhor refletir as especificidades do trabalho docente, a capacitação dos avaliadores e a promoção de um diálogo mais aberto entre avaliadores e avaliados. Conclui-se que, apesar de sua base legal sólida, o estágio probatório na 8ª CRE requer aprimoramentos para contribuir efetivamente para o desenvolvimento profissional dos docentes e a melhoria da qualidade da educação pública municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio probatório. Servidor docente. Educação. Administração Pública.

ABSTRACT

This study investigates the effectiveness of the probationary period in promoting the professional development of elementary school teachers in the 8th Regional Education Coordination (CRE) of Rio de Janeiro. The qualitative and exploratory research employed document analysis and semi-structured interviews with 7 teachers and 3 principals from three municipal schools. The results indicate a discrepancy between official guidelines and reported practices, with the probationary period often being perceived as a bureaucratic procedure with limited impact on professional development. The influence of interpersonal relationships on evaluations and the absence of formal mechanisms for self-assessment and bilateral feedback were identified. The process implementation was found to be non-uniform among the schools studied. The study recommends revising the evaluation criteria to reflect better the specifics of teaching work, training evaluators, and promoting more open dialogue between evaluators and those being evaluated. It concludes that, despite its solid legal foundation, the probationary period in the 8th CRE requires improvements to effectively contribute to teachers' professional development and enhance the quality of municipal public education.

KEYWORDS: Probationary period. Public servant. Education. Public management.

¹ Bacharelada em Administração Pública, Universidade Federal Fluminense (UFF), Volta Redonda (RJ), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7628-6971>.

² Bacharelada em Administração Pública, Universidade Federal Fluminense (UFF), Volta Redonda (RJ), Brasil. Licenciada em Pedagogia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-graduada em Gestão Escolar, Unisuam. Pós-graduação *Lato sensu* em Tutoria na Era Digital. Faculdade São Judas Tadeu. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-7228-8666>.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

RESUMEN

Este estudio investiga la eficacia del período de prueba en la promoción del desarrollo profesional de los docentes de educación primaria en la 8ª Coordinación Regional de Educación (CRE) de Río de Janeiro. La investigación, de naturaleza cualitativa y exploratoria, empleó análisis documental y entrevistas semiestructuradas con 7 docentes y 3 directores de tres escuelas municipales. Los resultados indican una discrepancia entre las directrices oficiales y las prácticas reportadas, con el período de prueba siendo frecuentemente percibido como un procedimiento burocrático con un impacto limitado en el desarrollo profesional. Se identificó la influencia de las relaciones interpersonales en las evaluaciones y la ausencia de mecanismos formales de autoevaluación y retroalimentación bilateral. La implementación del proceso resultó ser no uniforme entre las escuelas estudiadas. El estudio recomienda la revisión de los criterios de evaluación para reflejar mejor las especificidades del trabajo docente, la capacitación de los evaluadores y la promoción de un diálogo más abierto entre evaluadores y evaluados. Se concluye que, a pesar de su sólida base legal, el período de prueba en la 8ª CRE requiere mejoras para contribuir efectivamente al desarrollo profesional de los docentes y a la mejora de la calidad de la educación pública municipal.

PALABRAS CLAVE: *Período de prueba. Servidor público. Educación. Gestión pública.*

1 INTRODUÇÃO

O estágio probatório representa uma etapa essencial no processo de seleção de servidores públicos ingressantes por concursos. Estabelecido pela Constituição Federal e regulamentado pela lei 8.112/1990, este período avaliativo inicialmente durava 24 meses, sendo posteriormente estendido para 36 meses pela Emenda Constitucional 19/1998 (BRASIL, 1988, 1990, 1998).

Este estudo foca na avaliação do estágio probatório dos servidores docentes no município do Rio de Janeiro, analisando sua condução e impacto na qualidade do serviço público de educação. A avaliação engloba diversos critérios, como assiduidade, organização, iniciativa, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, autodesenvolvimento, comunicação e zelo com materiais, equipamentos e ambientes (RIO DE JANEIRO, 2013).

A eficácia do estágio probatório no Brasil tem sido questionada devido à sua aplicação frequentemente inadequada, justificando uma análise mais aprofundada. Este tema envolve um conflito entre teoria e prática, afetando a perspectiva do cidadão e a vida profissional dos servidores (MODESTO, 2007; FICAGNA et al, 2014; DA LUZ e FIGUEIREDO FILHO, 2018).

O trabalho promove uma discussão crítica sobre o estágio probatório e os processos de avaliação de desempenho, destacando a necessidade de abordá-los com seriedade para evitar que se tornem meras formalidades. Sem um plano de ação adequado, a avaliação tende a ser uma atividade burocrática que perde seu significado e gera efeitos negativos (LIMA, 2020).

A relevância deste debate para a sociedade é evidente, pois a qualidade dos serviços públicos é frequentemente atribuída aos servidores, alimentando a percepção popular de servidores burocráticos e descompromissados, que buscam apenas a estabilidade (FERREIRA e VAILATE, 2020).



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

**ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

Esse contexto leva à questão central: Qual a eficácia do estágio probatório na promoção do desenvolvimento profissional de docentes do Ensino Fundamental 1 na 8ª CRE do Rio de Janeiro, na perspectiva dos servidores? O objetivo central deste estudo é investigar a eficácia do estágio probatório aplicado aos docentes na perspectiva dos servidores pertencentes a três escolas da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), situadas na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Os objetivos específicos incluem analisar as informações pertinentes ao processo de avaliação desses servidores; examinar as ações relacionadas ao estágio probatório do servidor docente, contrastando teoria e prática; e coletar impressões docentes sobre o impacto da avaliação e sua efetivação na prática escolar.

A pesquisa adota uma metodologia exploratória, com abordagem qualitativa e de caráter documental e bibliográfico. O estudo de campo envolve entrevistas semiestruturadas com 7 servidores envolvidos no estágio probatório, permitindo uma investigação das percepções e experiências dos participantes (BRANDÃO, 2010; YIN, 2014).

Teoricamente, este estudo dialoga com as discussões sobre a Nova Gestão Pública (NGP) e suas implicações para a avaliação de desempenho no setor público. Autores como Melo (2020) e Marques (2020) sugerem que a NGP tem sido um catalisador de mudanças na administração pública, visando superar o modelo tradicional e adaptar-se às novas realidades econômicas e sociais.

A relevância deste estudo transcende o meio acadêmico, com implicações diretas para a qualidade do ensino público. Ao investigar a eficácia do estágio probatório na perspectiva dos docentes, este trabalho oferece informações para o aprimoramento das políticas de avaliação e desenvolvimento profissional na educação pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução Histórica e Marco Legal do Estágio Probatório no Brasil

O estágio probatório no serviço público brasileiro tem suas raízes na Constituição Federal de 1988, representando um marco significativo na avaliação de desempenho dos servidores públicos. Este período de avaliação passou por transformações importantes ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas políticas de gestão pública do país.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu inicialmente o estágio probatório como um período de avaliação de dois anos para os servidores públicos recém-ingressos. No entanto, uma mudança substancial ocorreu com a promulgação da Emenda Constitucional 19/98, que ampliou este período para três anos e tornou a avaliação de desempenho um requisito obrigatório para a aquisição de estabilidade no serviço público (NACHTIGALL e CÂNEPA, 2020).

Esta alteração constitucional determinou parâmetros fundamentais para o estágio probatório em todos os níveis da federação, estabelecendo a obrigatoriedade de avaliações especiais de desempenho conduzidas por comissões designadas para este fim. Tais mudanças visavam aprimorar



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

**ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

o processo de seleção e adaptação dos servidores públicos, buscando maior eficiência e qualidade no serviço prestado à população.

A década de 1990 foi marcada por uma reforma administrativa significativa no Brasil, caracterizada pela transição do modelo burocrático para o modelo gerencial na administração pública. Este novo modelo, inspirado em práticas do setor privado, buscava direcionar a administração pública para resultados mais eficazes. No entanto, a implementação completa deste modelo enfrentou desafios devido às normas burocráticas previamente estabelecidas pela Constituição Federal (SOARES, 2013; MELO, 2020).

A Emenda Constitucional 19, promulgada em 4 de junho de 1998, introduziu o princípio da eficiência como um dos fundamentos da administração pública, mantendo os princípios da legalidade e eficácia. Esta mudança reforçou a ênfase na avaliação de desempenho como um meio para otimizar os resultados organizacionais no setor público (MARQUES, 2020).

As transformações no estágio probatório e a ênfase crescente na avaliação de desempenho estão intrinsecamente ligadas às reformas administrativas no Brasil. Estas reformas, que consideram competências, habilidades e aprendizado como elementos relevantes, têm implicações significativas para o desenvolvimento de políticas públicas e a progressão na carreira do servidor público (CARVALHO e RIBEIRO, 2020).

No contexto educacional, a avaliação de desempenho, particularmente no que se refere ao corpo docente, tem ganhado proeminência crescente. As Secretarias de Educação estaduais e municipais têm sido instadas a dar atenção especial à elaboração, implementação e avaliação regular dessas avaliações, visando ao desenvolvimento profissional dos docentes e à melhoria da qualidade do ensino (JARDILINO; SAMPAIO; OLIVERI, 2021).

A evolução do estágio probatório no Brasil reflete, portanto, uma tendência mais ampla de busca por eficiência e qualidade no serviço público. No entanto, a implementação efetiva dessas mudanças enfrenta desafios práticos e culturais, demandando uma constante reavaliação e ajuste das políticas e práticas de gestão de pessoas no setor público.

2.1.1 O Estágio Probatório no Contexto do Município do Rio de Janeiro

No contexto específico do município do Rio de Janeiro, o estágio probatório é regulamentado pelo Decreto nº 37.327 de 28 de junho de 2013. Este documento estabelece as normas e procedimentos para a avaliação dos servidores durante o período probatório, incluindo os critérios a serem observados e a periodicidade das avaliações (RIO DE JANEIRO, 2013). O processo de avaliação no município envolve diversos critérios, como assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

A estrutura do estágio probatório para servidores docentes no Rio de Janeiro prevê avaliações periódicas, geralmente realizadas a cada três meses. Estas avaliações são conduzidas pela chefia imediata do servidor, com a participação de uma comissão especialmente designada para este fim. O



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

processo culmina em um parecer final, que determina se o servidor está apto ou não para adquirir estabilidade no cargo. O papel da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) no processo avaliativo é fundamental. As CREs são responsáveis por coordenar e supervisionar o processo de avaliação em suas respectivas regiões, oferecendo suporte às unidades escolares e garantindo a uniformidade dos procedimentos avaliativos.

A implementação do estágio probatório no município do Rio de Janeiro enfrenta desafios comuns a outras localidades, como a necessidade de equilibrar a objetividade da avaliação com a consideração das especificidades do trabalho docente. A legislação municipal busca atender a importância de procedimentos avaliativos claros e bem definidos (NACHTIGALL e CÁNEPA, 2020).

A evolução do estágio probatório no Brasil e sua implementação no contexto do Rio de Janeiro refletem uma tendência mais ampla de busca por eficiência e qualidade no serviço público. No entanto, a implementação efetiva dessas mudanças enfrenta desafios práticos e culturais, demandando uma constante reavaliação e ajuste das políticas e práticas de gestão de pessoas no setor público educacional (CARVALHO e RIBEIRO, 2020; JARDILINO; SAMPAIO; OLIVERI, 2021).

2.2 Avaliação de Desempenho no Setor Público na Carreira Docente

A avaliação de desempenho no setor público constitui um elemento fundamental para a gestão eficiente e a melhoria contínua dos serviços oferecidos à sociedade. Este processo envolve a mensuração sistemática do desempenho dos servidores, visando não apenas o controle, mas também o desenvolvimento profissional e a otimização dos recursos públicos.

Soares (2013) identifica duas formas principais de avaliação de desempenho no serviço público: a avaliação especial de desempenho, realizada durante o estágio probatório, e a avaliação permanente de desempenho, conduzida ao longo da carreira do servidor. A primeira busca aferir a aptidão do servidor para o exercício do cargo, enquanto a segunda serve como base para decisões sobre gratificações, promoções e, em casos extremos, exoneração por ineficiência.

Complementando essa visão, Melo (2020) apresenta um modelo de avaliação mais abrangente, implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este modelo, denominado "AvaDes", incorpora elementos como autoavaliação, avaliação pela chefia e avaliação da equipe, além de considerar o ambiente de trabalho e as necessidades de capacitação dos servidores. Tal abordagem reflete uma tendência de afastamento dos métodos tradicionais e burocráticos de avaliação.

No entanto, a implementação efetiva desses modelos de avaliação enfrenta desafios significativos. Ficagna et al. (2014) e Nachtigall e Cánepa (2020) apontam para problemas recorrentes, como a relutância dos avaliadores em atribuir notas baixas para evitar conflitos, a falta de capacitação dos responsáveis pela avaliação e a percepção de que o processo é meramente uma formalidade administrativa.

No contexto específico da carreira docente, a avaliação de desempenho apresenta particularidades que a distinguem dos processos avaliativos em outras áreas do serviço público.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

Jardilino, Sampaio e Oliveri (2021) argumentam que a avaliação deve considerar não apenas o desempenho individual, mas também as dinâmicas de equipe e as relações estabelecidas no ambiente de trabalho. Esta perspectiva alinha-se com as tendências da Nova Gestão Pública, que busca adaptar práticas do setor privado ao contexto público.

Lima (2020) destaca o papel dos gestores escolares no processo de avaliação durante o estágio probatório. A autora identifica que muitos gestores se sentem despreparados para conduzir avaliações de docentes, o que pode comprometer a eficácia do processo. Esta constatação ressalta a necessidade de formação específica para os avaliadores, capacitando-os a oferecer feedback construtivo e orientação adequada aos professores em estágio probatório.

Carvalho e Ribeiro (2020) observam uma tendência nas avaliações de docentes a focarem excessivamente em resultados estatísticos, como notas de alunos em avaliações externas. Os autores argumentam que esta abordagem pode ser limitante, não capturando adequadamente a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor. Propõem, então, uma avaliação mais abrangente, que considere também aspectos qualitativos do desempenho docente.

A questão da autonomia docente durante o estágio probatório é abordada por Machado e Falsarella (2020). Os autores argumentam que o processo avaliativo não deve inibir a criatividade e a inovação pedagógica dos professores iniciantes. Pelo contrário, deve estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas e adaptadas às necessidades específicas dos alunos e da comunidade escolar.

Um desafio específico do estágio probatório na carreira docente, apontado por Da Luz e Figueiredo Filho (2018), é a dificuldade de estabelecer critérios objetivos para avaliar aspectos subjetivos do trabalho pedagógico. Os autores argumentam que a avaliação deve buscar um equilíbrio entre indicadores quantificáveis e a apreciação qualitativa do trabalho docente.

Ferreira e Vailate (2020) ressaltam a importância de considerar o contexto em que o docente atua durante o estágio probatório. Os autores argumentam que fatores como as condições de trabalho, o perfil dos alunos e os recursos disponíveis na escola podem impactar significativamente o desempenho do professor e, portanto, devem ser levados em conta no processo avaliativo.

A efetividade da avaliação de desempenho na carreira docente está intrinsecamente ligada à sua capacidade de promover o desenvolvimento profissional dos professores. Soares (2013) defende que o processo deve ser concebido não apenas como um mecanismo de seleção, mas como uma etapa formativa, oferecendo suporte e oportunidades de aprendizagem aos docentes em início de carreira.

Em síntese, a avaliação de desempenho no setor público, quando aplicada à carreira docente, requer uma abordagem diferenciada que considere a complexidade do trabalho pedagógico e as particularidades do contexto educacional. O desafio reside em desenvolver processos avaliativos que sejam ao mesmo tempo rigorosos e formativos, capazes de identificar as potencialidades dos docentes e oferecer suporte para seu desenvolvimento profissional contínuo.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

2.3 Estágio Probatório: Avaliação e Desenvolvimento Profissional

O estágio probatório no serviço público, além de sua função avaliativa, apresenta um potencial significativo como instrumento de desenvolvimento profissional, especialmente na carreira docente. Esta perspectiva amplia o papel do estágio probatório, transformando-o de um mero processo de verificação de aptidão em uma oportunidade estruturada de crescimento e aperfeiçoamento profissional.

Soares (2013) destaca que o estágio probatório tem como objetivos principais aferir a capacidade do servidor para desempenhar as funções do cargo e proporcionar um período de adaptação e aprendizagem. O autor enfatiza que este processo deve ir além de uma formalidade administrativa, constituindo-se em uma oportunidade real de desenvolvimento profissional.

No contexto educacional, Carvalho e Ribeiro (2020) argumentam que o estágio probatório deve ir além da mera verificação de competências técnicas. Os autores defendem que este período deve ser visto como uma oportunidade para o desenvolvimento de habilidades pedagógicas e para a integração do docente à cultura organizacional da instituição de ensino.

Jardilino, Sampaio e Oliveri (2021) ressaltam a importância de alinhar o estágio probatório às políticas de formação continuada dos servidores. Os autores argumentam que este período não deve ser visto isoladamente, mas como parte de um processo contínuo de desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Esta visão integrada pode potencializar o impacto do estágio probatório na qualidade do ensino.

A efetividade do estágio probatório como instrumento de desenvolvimento profissional depende, em grande medida, da forma como é conduzido. Ferreira e Vailate (2020) argumentam que, quando bem executado, o estágio probatório pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade do serviço público. No entanto, os autores alertam para o risco de o processo se tornar uma mera formalidade, perdendo seu potencial transformador.

Lima (2020) traz uma perspectiva importante ao analisar o papel dos gestores no processo de avaliação durante o estágio probatório. A autora identifica uma insegurança por parte dos gestores em avaliar os professores, o que pode resultar em avaliações superficiais ou enviesadas. Esta constatação ressalta a importância da capacitação dos avaliadores para que o processo seja conduzido de forma adequada e construtiva, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento profissional dos docentes.

Melo (2020) propõe uma visão mais abrangente do estágio probatório, baseada nas práticas adotadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O autor sugere que o processo inclua elementos de autoavaliação e avaliação por pares, além da tradicional avaliação pela chefia. Esta abordagem multifacetada visa proporcionar uma visão mais completa do desempenho e do potencial de desenvolvimento do servidor.

Da Luz e Figueiredo Filho (2018) abordam a percepção dos servidores sobre a eficácia do estágio probatório. Os autores constatam que, frequentemente, os servidores veem o processo como



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

**ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

uma etapa burocrática, sem impacto significativo em seu desenvolvimento profissional. Esta percepção aponta para a necessidade de reformulação das práticas avaliativas para que cumpram efetivamente seu papel formativo.

Nachtigall e Cánepa (2020) argumentam que a aplicação dos critérios de avaliação durante o estágio probatório muitas vezes carece de objetividade e clareza, o que pode comprometer a eficácia do processo avaliativo e, conseqüentemente, seu potencial como instrumento de desenvolvimento profissional. Os autores defendem a importância de critérios claros e bem definidos para garantir a efetividade do processo.

Machado e Falsarella (2020) destacam a importância de preservar e estimular a autonomia docente durante o estágio probatório. Os autores argumentam que o processo avaliativo não deve inibir a criatividade e a inovação pedagógica dos professores iniciantes, mas sim fomentar o desenvolvimento de práticas reflexivas e adaptadas às necessidades específicas do contexto educacional.

Para potencializar o papel do estágio probatório como instrumento de desenvolvimento profissional docente, é necessário superar a visão do processo como mera formalidade administrativa. A integração de elementos formativos, a capacitação adequada dos avaliadores, a consideração do contexto de atuação dos docentes e a promoção da reflexão e da autonomia pedagógica são aspectos fundamentais para transformar o estágio probatório em uma experiência significativa de aprendizagem e crescimento profissional.

Em suma, o estágio probatório, quando concebido e implementado de forma adequada, pode se constituir em um poderoso instrumento de desenvolvimento profissional docente. No entanto, para alcançar este potencial, é necessário um esforço contínuo de aprimoramento das práticas avaliativas, alinhando-as às necessidades específicas da carreira docente e aos objetivos mais amplos de melhoria da qualidade da educação pública.

3 MÉTODO

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza aplicada, visando gerar conhecimentos para aplicação prática direcionados à solução de problemas específicos no contexto do estágio probatório de servidores docentes (PRODANOV e DE FREITAS, 2013). Ao examinar a este objeto, tanto por meio de reflexões teóricas quanto pela análise de experiências de servidores docentes, possibilita uma avaliação da eficácia do processo em relação ao desenvolvimento da carreira do servidor e à qualidade do serviço público prestado.

Quanto à abordagem do problema, o estudo adota uma metodologia qualitativa. Esta escolha se justifica pela necessidade de aprofundamento na compreensão do grupo social estudado, neste caso, os servidores docentes em estágio probatório. Conforme explicam Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. Esta abordagem é



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

particularmente adequada para investigar a eficácia do fase probatória no contexto da educação na cidade do Rio de Janeiro, em busca da compreensão das dinâmicas e impactos envolvidos.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória. Segundo Gil (2002), pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. No contexto deste estudo, busca-se ampliar a compreensão da fermenta avaliativa da Prefeitura do Rio de Janeiro, no âmbito da Educação.

3.1 Procedimentos Metodológicos

A coleta de dados para este estudo adotou uma abordagem mista, combinando análise documental e entrevistas semiestruturadas. Essa estratégia, fundamentada nos princípios da triangulação (ZAPPELLINI e FEUERSCHÜTTE, 2015), visa garantir a robustez dos resultados ao combinar informações provenientes de diferentes fontes. A análise documental, centrada em documentos oficiais como o Decreto nº 37.327/2013, forneceu um panorama geral das normativas e procedimentos do estágio probatório.

Paralelamente, as entrevistas semiestruturadas permitiram explorar as percepções e experiências dos participantes em relação a esses mesmos procedimentos, permitindo uma compreensão mais contextualizada do objeto. Essa combinação metodológica se alinha com a perspectiva da pesquisa qualitativa, que busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências (CRESWELL, 2007).

3.1.1 População e Amostra da Pesquisa

O estudo concentrou-se em docentes e diretores de escolas municipais de Ensino Fundamental 1 do Rio de Janeiro, abrangendo três escolas localizadas em um bairro da área de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE). A população total incluiu 43 docentes e 8 diretores. A amostra foi selecionada por conveniência, conforme Prodanov e De Freitas (2013), devido à facilidade de acesso e disponibilidade dos participantes, resultando na participação de 7 docentes e 3 diretores. Esta amostra representa cerca de 16,3% dos docentes e 37,5% dos diretores, proporcionando uma visão relevante das práticas e percepções relativas ao Estágio Probatório na região, embora com limitações de representatividade.

Embora a amostragem por conveniência ofereça acesso rápido aos participantes, ela limita a generalização dos resultados para toda a 8ª CRE. Prodanov e De Freitas (2013, p. 98) explicam que esse tipo de amostragem é útil para investigar especificidades do estágio probatório, mas os resultados obtidos não podem ser considerados representativos do universo pretendido. Essa limitação deve ser considerada na interpretação dos resultados, mesmo que permita uma compreensão das dinâmicas locais e das percepções individuais dos participantes. Uma amostra mais abrangente, incluindo mais escolas e bairros, poderia resultar em maior generalização dos achados. Dadas as restrições práticas



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

e logísticas, a amostra foi limitada aos participantes disponíveis, o que requer cautela na interpretação dos resultados e na aplicação das conclusões para as políticas e práticas do Estágio Probatório na Secretaria Municipal do Rio de Janeiro.

3.2 Percurso Metodológico da Coletar os Dados

O desenvolvimento da pesquisa seguiu as etapas de formulação e planejamento, realização da pesquisa, formulação do texto final e exposição dos resultados, conforme Prodanov e De Freitas (2013). Na formulação e planejamento, foi realizada uma busca no site da Prefeitura do Rio de Janeiro, utilizando o portal da transparência, onde foram localizados o formulário de Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, no Ofício Circular nº 024/2009, de 27 de outubro de 2009, e o Decreto nº 37.327/13, que regula a avaliação do estágio probatório dos servidores municipais. Durante a realização da pesquisa, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados, que contaram com perguntas abertas e fechadas para explorar suas experiências e percepções. Além disso, foi realizada uma análise documental comparando o referencial teórico com as falas dos entrevistados e documentos oficiais.

A formulação do texto final e a exposição dos resultados envolveram a organização e análise dos dados, culminando na apresentação dos resultados na seção 4. Essas etapas incluíram a síntese das informações e uma discussão aprofundada dos achados, contribuindo para o entendimento do estágio probatório na administração pública municipal.

3.3 Tabulação e Análise dos Dados

Na fase de tabulação e análise dos dados, a abordagem foi estruturada para garantir a integridade e relevância dos resultados, conforme orientações de Birochi (2015) e as características metodológicas destacadas por Marconi e Lakatos (2010). Inicialmente, realizou-se uma seleção dos dados coletados nas entrevistas com os servidores, seguida por uma análise crítica das informações para identificar possíveis falhas. As respostas foram transcritas, revisadas e organizadas por cargo, permitindo uma avaliação das consistências e dissonâncias em relação às perguntas feitas.

Na etapa de codificação, as respostas foram decompostas em palavras, frases e sentenças recorrentes, identificando temas e padrões relevantes. Os elementos foram categorizados com base em critérios definidos, destacando aspectos significativos das percepções dos servidores sobre o Estágio Probatório. A análise incluiu apenas os servidores que já passaram ou estavam submetidos à avaliação de desempenho, bem como aqueles envolvidos na aplicação dessa avaliação.

Para a organização dos dados, utilizou-se o software IRAMUTEQ (versão 0.7 Alpha 2 2020), que permitiu classificar e agrupar as informações por frequência e relevância. O uso do software facilitou a criação de códigos e a associação a categorias específicas, como conhecimento dos procedimentos e critérios de avaliação. A codificação e categorização dos dados foram fundamentais



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

para a análise e interpretação subsequente, permitindo uma síntese dos resultados e contribuindo para discussões mais aprofundadas e recomendações voltadas à otimização do processo de estágio probatório.

3.4 Aspectos éticos

O presente estudo foi conduzido em conformidade com as diretrizes da Resolução 510/2016 do Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo informados sobre os objetivos, procedimentos e riscos da pesquisa.

A confidencialidade dos participantes foi assegurada por meio do armazenamento seguro dos dados, que foram utilizados exclusivamente para fins de análise e posteriormente destruídos. O bem-estar dos participantes foi prioritário durante todo o processo, respeitando-se sua decisão de não responder a determinadas perguntas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise Documental

A análise documental focou em dois documentos principais que regulamentam o estágio probatório no município do Rio de Janeiro: o Ofício Circular nº 024/2009 e o Decreto nº 37.327 de 28 de junho de 2013. Estes documentos fornecem a base normativa para a implementação e condução do processo de avaliação dos servidores em estágio probatório.

O Ofício Circular nº 024/2009 incorpora o Boletim Formulário de Avaliação de Estágio Probatório, um instrumento central no processo avaliativo. Este documento reafirma a necessidade do estágio probatório como um período de três anos, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 19/98, para verificar a aptidão do servidor para o cargo público. O boletim abrange diversos aspectos do desempenho do servidor, incluindo conhecimento do trabalho, pontualidade, assiduidade, organização, iniciativa, espírito de equipe, relacionamento interpessoal, autodesenvolvimento, comunicação e cuidado com materiais e equipamentos.

A abrangência destes critérios alinha-se com a perspectiva de Soares (2013), que enfatiza a importância de uma avaliação multidimensional do servidor durante o estágio probatório. No entanto, a padronização destes critérios para todos os cargos na Prefeitura do Rio, exceto para a Guarda Municipal, levanta questões sobre sua adequação para capturar as especificidades do trabalho docente, como apontado por Carvalho e Ribeiro (2020).

O Decreto nº 37.327/13, por sua vez, detalha os procedimentos para a avaliação de desempenho dos servidores municipais durante os três primeiros anos de exercício do cargo em regime estatutário. Este decreto estabelece a obrigatoriedade de relatórios trimestrais de atividades para



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

servidores em categorias funcionais de nível médio especializado e superior, e define um processo decisório final para determinar se o servidor é “apto” ou “não apto” ao término do estágio probatório.

A periodicidade trimestral das avaliações, conforme estabelecido no decreto, alinha-se com as recomendações de Nachtigall e Cánepa (2020) sobre a necessidade de avaliações regulares e frequentes. No entanto, a eficácia desta frequência de avaliação no contexto específico do trabalho docente merece uma análise mais aprofundada, considerando as observações de Lima (2020) sobre os desafios práticos enfrentados pelos gestores escolares na condução dessas avaliações.

Um aspecto notável em ambos os documentos é a ausência de provisões específicas para a autoavaliação do servidor ou para um processo de *feedback* bilateral. Esta lacuna contrasta com as recomendações de Melo (2020), que destaca a importância de incluir a perspectiva do próprio servidor no processo avaliativo para promover o desenvolvimento profissional.

A análise destes documentos revela um esforço considerável para estruturar o estágio probatório como uma fase decisiva na carreira dos servidores municipais. No entanto, a natureza padronizada do boletim de avaliação pode não captar integralmente as nuances específicas de diferentes cargos, especialmente em campos especializados como a educação. Esta observação ecoa as preocupações levantadas por Jardimino, Sampaio e Oliveri (2021) sobre a necessidade de considerar as particularidades do trabalho docente nas avaliações de desempenho.

Além disso, a falta de um componente de autoavaliação nos documentos analisados pode limitar o potencial do estágio probatório como ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional. Ferreira e Vailate (2020) argumentam que um processo avaliativo mais participativo pode contribuir para a melhoria contínua do servidor e do serviço público como um todo.

A análise documental também revelou um contraste entre a modernização de certos serviços da Prefeitura do Rio de Janeiro, que passaram a ser digitais, e a continuidade do uso de formulários físicos para a avaliação de desempenho. Esta discrepância sugere uma oportunidade de atualização dos processos avaliativos, alinhando-os com as tendências de digitalização na administração pública, como discutido por Da Luz e Figueiredo Filho (2018).

Em suma, a análise dos documentos que regem o estágio probatório no município do Rio de Janeiro indica uma estrutura avaliativa bem definida, mas que pode se beneficiar de adaptações para melhor atender às especificidades do trabalho docente e às demandas por um processo mais participativo e orientado ao desenvolvimento profissional. As lacunas identificadas apontam para a necessidade de uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos de avaliação, visando aumentar sua eficácia na promoção da qualidade do serviço público educacional.

4.2 Análise de Conteúdo das Entrevistas

A análise de conteúdo das entrevistas realizadas com docentes e diretores revelou percepções diversas sobre o estágio probatório na 8ª CRE do Rio de Janeiro. As respostas foram categorizadas em três temas principais: conhecimento e comunicação dos procedimentos de avaliação, influência



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

das relações interpessoais na avaliação, e impacto do estágio probatório no desenvolvimento profissional.

No que diz respeito ao conhecimento e comunicação dos procedimentos de avaliação, observou-se uma variação significativa entre os entrevistados. Alguns docentes demonstraram um entendimento claro do processo, como exemplificado pela fala de um professor: “Foi um período de aprendizagem. Paralelo a uma boa gestão que visava meu crescimento profissional, tive uma boa experiência” (Docente 5). Esta percepção positiva alinha-se com as observações de Soares (2013) sobre o potencial do estágio probatório como ferramenta de desenvolvimento profissional.

Contudo, outros docentes expressaram frustração com o processo, percebendo-o como excessivamente burocrático e desconectado das realidades diárias da prática docente. Um professor comentou: “Eu gostaria de ser avaliada primeiramente pelo esforço que eu emprego com meu trabalho e a minha turma na sala de aula” (Docente 3). Esta observação ecoa as preocupações levantadas por Carvalho e Ribeiro (2020) sobre a necessidade de critérios de avaliação mais alinhados com as especificidades do trabalho pedagógico.

Os diretores, por sua vez, tenderam a enfatizar a importância do estágio probatório como um mecanismo de avaliação e manutenção dos padrões educacionais. Um diretor afirmou: “O estágio probatório permite uma avaliação regular do desempenho dos docentes, o que é fundamental para manter os padrões educacionais” (Diretor 1). Esta visão administrativa alinha-se com as discussões de Nachtigall e Cánepa (2020) sobre o papel do estágio probatório na garantia da qualidade do serviço público.

A influência das relações interpessoais na avaliação emergiu como um tema recorrente nas entrevistas. Docentes expressaram preocupações sobre como a proximidade ou atritos com os gestores podem influenciar suas avaliações. Um professor relatou: “Acredito que influencia porque a imparcialidade ainda não atingiu minha gestão, pois falta empatia” (Docente 1). Esta percepção de subjetividade no processo avaliativo corrobora as observações de Lima (2020) sobre os desafios enfrentados pelos gestores na condução de avaliações objetivas.

Os diretores, em contrapartida, tenderam a defender a integridade de suas avaliações. Um diretor argumentou: “É um instrumento avaliativo eficaz, na medida que o servidor sabe que precisa ter responsabilidade e compromisso com sua função e caso isso não esteja acontecendo ele responderá por isso” (Diretor 2). Esta divergência de percepções entre avaliadores e avaliados ressoa com as discussões de Jardimino, Sampaio e Oliveri (2021) sobre a necessidade de transparência e diálogo no processo avaliativo.

Quanto ao impacto do estágio probatório no desenvolvimento profissional, as opiniões variaram consideravelmente. Alguns docentes viram o período como uma oportunidade de crescimento, enquanto outros o perceberam como um procedimento burocrático sem impacto significativo em sua prática pedagógica. Esta diversidade de percepções alinha-se com as observações de Ferreira e



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

**ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

Vailate (2020) sobre a variabilidade na implementação e eficácia do estágio probatório em diferentes contextos.

O processo analítico também revelou uma discrepância entre as expectativas dos docentes e a realidade do processo avaliativo. Muitos expressaram o desejo de uma avaliação mais contextualizada e formativa, em consonância com as propostas de Melo (2020) para um modelo de avaliação mais abrangente e orientado ao desenvolvimento profissional.

Em síntese, a análise das entrevistas evidenciou uma complexidade de percepções e experiências relacionadas ao estágio probatório na 8ª CRE do Rio de Janeiro. As divergências entre as visões de docentes e diretores, bem como entre as expectativas e a realidade do processo, evidenciam para a necessidade de um diálogo mais amplo e uma possível reformulação dos procedimentos avaliativos para melhor atender às necessidades de desenvolvimento profissional dos docentes e às demandas por qualidade no serviço público educacional.

4.3 Triangulação dos Resultados

A triangulação dos resultados obtidos pela análise documental e entrevistas oferece uma visão mais ampla e detalhada do estágio probatório na 8ª CRE do Rio de Janeiro, revelando tanto convergências quanto divergências significativas entre as diretrizes oficiais e as práticas observadas.

Uma convergência importante é a valorização do estágio probatório como mecanismo de avaliação de desempenho, destacada tanto nos documentos quanto pelos diretores. Essa perspectiva está alinhada com o que Soares (2013) observa sobre o potencial do estágio probatório para o desenvolvimento profissional e a garantia da qualidade do serviço público.

Por outro lado, surge uma divergência clara ao comparar a estrutura formal do processo avaliativo com as experiências dos docentes. Enquanto o Decreto nº 37.327/13 descreve um processo sistemático de avaliações trimestrais, muitos docentes veem o estágio como um procedimento burocrático, desconectado de sua prática cotidiana. Essa discrepância reflete as preocupações de Carvalho e Ribeiro (2020) sobre a necessidade de alinhar os critérios de avaliação com a realidade do trabalho pedagógico.

Outra lacuna identificada é entre a intenção de promover o desenvolvimento profissional, conforme expressa nos documentos, e a percepção dos docentes sobre a eficácia do processo nesse aspecto. Isso ecoa as observações de Lima (2020) sobre os desafios na implementação de avaliações que realmente contribuam para o crescimento profissional.

A objetividade do processo avaliativo também foi um ponto de tensão. Embora os documentos estabeleçam critérios técnicos, as entrevistas revelaram preocupações com a influência das relações interpessoais nas avaliações, contrastando com a ênfase na objetividade técnica defendida por Da Luz e Figueiredo Filho (2018).

A triangulação também expôs uma discrepância entre a padronização dos critérios de avaliação e o desejo dos docentes por avaliações mais contextualizadas e específicas. Essa



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

necessidade de considerar as particularidades do trabalho docente é corroborada pelas recomendações de Jardimino, Sampaio e Oliveri (2021).

Um aspecto relevante que emergiu foi a ausência de mecanismos de autoavaliação e feedback bilateral. Embora os documentos não prevejam esses elementos, muitos docentes expressaram o desejo por um processo mais participativo e formativo, corroborando as propostas de Melo (2020) para um modelo de avaliação mais abrangente e focado no desenvolvimento profissional.

A percepção da eficácia do estágio probatório, à luz dos dados triangulados, varia conforme o contexto. Enquanto alguns diretores consideram o processo eficaz para garantir a qualidade do serviço público, muitos docentes questionam seu impacto real no desenvolvimento profissional. Essa variabilidade na percepção de eficácia está alinhada com as observações de Ferreira e Vailate (2020) sobre a implementação inconsistente do estágio probatório.

Os desafios na implementação do processo avaliativo incluem a dificuldade de conciliar as demandas burocráticas com a realidade dinâmica do trabalho docente, a necessidade de capacitação dos avaliadores para garantir avaliações objetivas e construtivas, e a importância de um diálogo mais efetivo entre avaliadores e avaliados. Esses desafios refletem as discussões de Nachtigall e Cánepa (2020) sobre a necessidade de aprimoramento contínuo dos processos de avaliação no serviço público.

Em resumo, a triangulação dos resultados revela um cenário complexo, onde as intenções dos documentos oficiais nem sempre se traduzem em práticas eficazes percebidas pelos envolvidos. Essa análise aponta para a necessidade de uma revisão crítica do estágio probatório, buscando alinhar melhor as diretrizes formais com as reais necessidades de desenvolvimento profissional dos docentes e garantir uma implementação mais consistente e contextualizada do processo avaliativo.

4.4 Análise Crítica dos Resultados

Os resultados deste estudo revelam uma interação complexa entre diretrizes oficiais, práticas de avaliação e percepções dos envolvidos, evidenciando fragilidades e desafios já discutidos na literatura sobre avaliação de desempenho no setor público educacional. A análise dos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), conforme abordado por Marques (2020) e Melo (2020), indica uma tentativa de padronizar e objetivar as avaliações; contudo, os dados sugerem que essa estrutura não consegue captar a complexidade do trabalho docente e das dinâmicas interpessoais no ambiente escolar. Embora a padronização esteja alinhada aos princípios da NGP, ela se mostra inadequada para abarcar a diversidade das práticas pedagógicas, como indicam Carvalho e Ribeiro (2020).

Os achados corroboram as discussões de Soares (2013), que vê o estágio probatório como uma ferramenta de desenvolvimento profissional. Entretanto, emergem também percepções de que o processo é tratado como um procedimento burocrático, com impacto limitado na prática pedagógica, conforme observado por Ferreira e Vailate (2020). A ausência de mecanismos formais de autoavaliação e de comunicação bidirecional, apontada na análise documental e nas entrevistas, contrasta com as recomendações de Melo (2020) que defendem um modelo de avaliação mais participativo e inclusivo.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

**ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

Essa lacuna sugere a necessidade de reformulação do processo avaliativo, integrando-o a práticas contemporâneas de gestão de pessoas no setor público.

Comparações com estudos anteriores indicam que a percepção do estágio probatório como um processo burocrático é comum, mas também influenciada por fatores contextuais específicos da 8ª CRE. Isso reforça a importância de uma maior contextualização dos critérios de avaliação e de capacitação dos avaliadores, conforme sugerido por Carvalho e Ribeiro (2020) e Nachtigall e Cánepa (2020), para assegurar que as avaliações sejam mais objetivas e eficazes. A integração de elementos voltados ao desenvolvimento profissional, conforme propõe Melo (2020), poderia transformar o estágio probatório em uma oportunidade significativa de crescimento para os docentes, promovendo uma percepção mais positiva desse processo.

Os resultados refletem desafios e tensões amplamente abordados na literatura, destacando a necessidade de revisões no processo de avaliação docente na 8ª CRE, para torná-lo mais flexível e orientado ao desenvolvimento profissional. A análise crítica dos dados revela que, apesar dos avanços teóricos na concepção das avaliações de desempenho no setor público, a prática ainda enfrenta limitações que comprometem sua eficácia. A ênfase excessiva na padronização e no cumprimento de procedimentos burocráticos, sem um investimento em mecanismos que favoreçam a interação e o desenvolvimento contínuo dos profissionais, contribui para uma percepção negativa do estágio probatório.

Essa dinâmica sugere uma desconexão entre as diretrizes políticas e a realidade vivida pelos docentes, evidenciando a necessidade urgente de uma reestruturação que priorize não apenas a avaliação do desempenho, mas também o apoio e a formação contínua dos professores. A falta de diálogo e de retroalimentação construtiva entre avaliadores e avaliados impede que o processo avaliativo cumpra sua função de aprimorar a prática docente. A implementação de práticas de avaliação mais colaborativas e formativas poderia minimizar essas lacunas, contribuindo para uma gestão educacional que valorize o desenvolvimento integral dos docentes e, por conseguinte, melhore a qualidade do ensino nas escolas públicas municipais.

5 CONSIDERAÇÕES

Este estudo teve como objetivo investigar a eficácia do estágio probatório aplicado aos docentes na perspectiva dos servidores pertencentes a três escolas da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Rio de Janeiro. A pesquisa revelou uma discrepância notável entre as diretrizes formais estabelecidas pelos documentos oficiais e as experiências reais dos participantes. Enquanto o Decreto nº 37.327/13 e o Ofício Circular nº 024/2009 delineiam um processo sistemático, muitos docentes percebem o estágio como um procedimento burocrático, com impacto limitado em seu desenvolvimento profissional. Esta diferença entre intenção normativa e prática observada indica a necessidade de revisar os procedimentos de implementação.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

As entrevistas destacaram a influência das relações interpessoais no processo avaliativo, evidenciando a tensão entre a busca por objetividade e a subjetividade inerente às interações no ambiente escolar. Isso aponta para a necessidade de mecanismos que minimizem vieses pessoais, garantindo maior equidade e confiabilidade. A variabilidade nas percepções sobre a eficácia do estágio probatório entre docentes e diretores sugere uma implementação inconsistente nas escolas da 8ª CRE, indicando a necessidade de padronização das práticas avaliativas, respeitando as particularidades de cada escola. Identificou-se também uma ausência de mecanismos formais de autoavaliação e feedback bilateral no estágio probatório. A incorporação desses elementos tornaria o processo mais reflexivo e formativo, alinhando-o com práticas modernas de gestão de pessoas no setor público.

Recomenda-se uma revisão dos critérios de avaliação para refletir melhor as especificidades do trabalho docente e uma capacitação mais robusta dos avaliadores, especialmente dos diretores escolares, para garantir avaliações mais objetivas e construtivas. Um diálogo contínuo entre avaliadores e avaliados poderia reduzir tensões e mal-entendidos. Além disso, integrar o estágio probatório às políticas de desenvolvimento profissional docente da rede municipal poderia ampliar seu impacto na qualidade do ensino, alinhando-o com os objetivos educacionais do município.

As limitações deste estudo, como a amostra reduzida e o foco em apenas três escolas, limitam a generalização dos resultados. A ausência de representantes da Gerência de Recursos Humanos da 8ª CRE também restringiu a compreensão dos aspectos administrativos. Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras devem ampliar o escopo, incluindo mais escolas e CREs, além de incorporar a perspectiva dos gestores de recursos humanos. Estudos longitudinais possibilitariam entender como as percepções e práticas relacionadas ao estágio probatório evoluem ao longo do tempo.

Portanto, este estudo revela que, embora o estágio probatório na 8ª CRE tenha uma base legal sólida, sua implementação e percepção ainda exigem aprimoramentos para efetivamente contribuir para o desenvolvimento profissional dos docentes e a melhoria da educação pública municipal.

REFERÊNCIAS

BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.

BRANDÃO, Zaia. **Conversas com Pós-graduandos**. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2ª ed., 2010, 124p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998**. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 14 abr. 2022.

CARVALHO, A. O. P.; RIBEIRO, A. P. M. A política de avaliação de desempenho docente no contexto brasileiro: um estudo de caso da avaliação de desempenho docente no município de Horizonte/CE./ The policy of evaluation of teaching performance in the Brazilian context: a case study of the evaluation of teacher performance in the county of Horizonte/CE. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, mar. 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i4.3024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7423218>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DA LUZ, L. C. S.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Fatores que explicam a percepção da eficácia da avaliação do estágio probatório em uma instituição pública federal. **Revista do Serviço Público**. [S. l.], v. 69, n. 3, p. 677-706, 2018. DOI: 10.21874/rsp.v69i3.1793. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1793>. Acesso em: 4 maio. 2022.

FERREIRA, S.; VAILATE, W. O instituto da estabilidade do servidor público efetivo como instrumento para a qualidade, continuidade e eficácia do serviço público. **Academia de Direito**. [S. l.], v. 2, p. 562–587, 2020. DOI: 10.24302/acaddir.v2.2869. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/2869>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FICAGNA, João; SILVA, Maria; SOUZA, Pedro. Desafios na implementação de modelos de avaliação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 3, p. 45-60, 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

JARDILINO, J. R. L.; SAMPAIO, A. M. M.; OLIVERI, A. M. R.. Avaliação de desempenho docente: culpar, punir ou desenvolver profissionalmente?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 111, p. 318–337, abr. 2021. DOI: 10.1590/S0104-40362021002902701. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902701>. Acesso em: 11 fev. 2023

LIMA, Ana Paula de Sousa. **Avaliação do desempenho docente**: o papel do gestor escolar no desenvolvimento profissional dos docentes em estágio probatório no município de Fortaleza – CE. 2020. 134f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/53923>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MACHADO, Eulália Narazé Cardoso; FALSARELLA, Ana Maria. Nova Gestão Pública, Educação e Gestão Escolar. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**. Araraquara: volume 24, número 2, p. 372- 389, maio/ago, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13255> Acesso em: 15 mar. 2023.

MARQUES, L. R.. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista**, v. 36, p. e69772, 2020. DOI: 10.1590/0104-4060.69772. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.69772>. Acesso em: 12. Mar. 2023.

MELO, Alessandra Sarkis de. A avaliação de desempenho como Política de Gestão de Pessoas na UFRJ: Desafios e Perspectivas da Implementação do novo Sistema de Avaliação de Desempenho. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**. Ano 4, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/38642> Acesso em: 04 mar. 2023.



REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE
ISSN 2763-8928

ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR DOCENTE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO:
UMA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, Rafaela Rocha do Nascimento

MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio constitucional da eficiência. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, v. 1, n. 10, 2007.

NACHTIGALL, V. B.; CÂNEPA, P. C. V. Estágio probatório no sul do Brasil: uma comparação de práticas utilizadas na esfera municipal. **Revista do Serviço Público**. [S. l.], v. 71, n. 1, 2020. DOI: 10.21874/rsp.v71n1.3596. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3596>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Editora Feevale, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 37327 de 28 de junho de 2013**. Dispõe sobre o estágio probatório do servidor do município do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/transparencia/servidor-municipal> Acesso em: 27 mai. 2023.

SOARES, Thiago Alves Duarte Faerman. **Estágio Probatório: Um Olhar sobre os Métodos de Avaliação de Desempenho à Luz dos Princípios da Eficiência e da Legalidade**. Trabalho de conclusão de curso de graduação. Rio Grande do Sul: ao Departamento de Ciências Administrativas- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, 110 páginas. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87748/000911797.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 abr. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.